

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10/2016
PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL 2016

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA torna público, conforme dispõe à legislação vigente, que estarão abertas as inscrições para seleção dos candidatos ao preenchimento de vagas no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Endereço: Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF
 Av. Eugênio do Nascimento, s/nº, 3º andar, Unidade Dom Bosco, Bairro Dom Bosco,
 CEP: 36038-330 Juiz de Fora - MG
 Tel.: (32) 4009-5378
 E-mail: residenciahu_cas@hotmail.com

1. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

ETAPAS	DATAS
Publicação do edital	19/02/2016
Prazo para eventual questionamento ao Edital	19/02/2016 a 22/02/2016
Período de inscrições	23/02/2016 a 29/02/2016
Solicitação de condição adequada para realização da prova por candidato com necessidade especial	23/02/2016 a 29/02/2016
Confirmação do local de realização da prova (a partir de 15h)	04/03/2016
Data de realização da prova escrita (1ª etapa do processo seletivo)	06/03/2016
Divulgação do gabarito	No local de realização da prova e no site do HU 06/03/2016
Prazo para pedidos de reconsideração quanto a questões da prova objetiva	07/03/2016 Secretaria da COREMU das 8 h às 16 h
Divulgação do resultado da 1ª Etapa* (a partir de 15h)	11/03/2016
Período para entrega de currículo**	11/03/2016 e 12/03/2016 (sábado)
Período para a realização da avaliação de currículo (2ª etapa)	14/03/2016
Divulgação do resultado da análise de currículo a partir de 15h	15/03/2016
Prazo para recursos contra o resultado da 2ª Etapa	16/03/2016 COREMU das 8 h às 16 h
Divulgação do resultado final*	17/03/2016
Período de matrícula dos aprovados no processo seletivo - 1ª Chamada	18/03/2016 e 19/03/2016 (sábado)
Período de matrícula dos aprovados no processo seletivo - 2ª Chamada	22/03/2016
Início do ano letivo	21/03/2016
Prazo final para entrega do Registro Profissional pelos aprovados	29/04/2016
Prazo final de convocação de excedentes	28/03/2016

* Os resultados serão publicados na página eletrônica: www.ufjf.br/huresidencias.

1.1 * ENTREGA DE CURRÍCULO**

Os candidatos deverão entregar os currículos na Secretaria da Comissão de Residências, nos dias 11/03/2016 a partir de 15h e no dia 12/03 (sábado) de 8h às 16h.

Em hipótese alguma serão aceitos currículos fora do prazo estabelecido.

Não serão devolvidos os currículos aos candidatos.

2. DOS PROGRAMAS OFERTADOS:

2.1 Do número de vagas:

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA	NÚMERO DE VAGAS POR ÁREA
Multiprofissional em Saúde Mental - Enfermagem	3
Multiprofissional em Saúde Mental - Psicologia	3
Multiprofissional em Saúde Mental - Serviço Social	3

2.2 Modalidade de Formação: especialização *lato sensu*, modalidade treinamento em serviço.

2.3. Duração dos Programas: 2 (dois) anos.

2.4 Carga Horária: 60 (sessenta) horas semanais e 5.760 (cinco mil setecentos e setenta) horas no total. O residente deverá ter dedicação exclusiva à Residência, não podendo desenvolver outras atividades profissionais no período de realização da mesma (Lei nº. 11.129/2005 artigo 13, parágrafo segundo).

2.5 Situação dos Programas: autorizados pelo Ministério da Educação.

2.6 Cenários de Prática: Rede de atenção à saúde local,

2.7 Processo de Certificação: certificado pela UFJF.

2.8 Remuneração: bolsa de R\$2.976,26 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com o estabelecido pelo Ministério da Educação.

2.8.1 A bolsa está sujeita aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei.

2.8.2 Não há vínculo empregatício entre o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA com o residente que assinará o contrato como bolsista e se filiara ao INSS na qualidade de autônomo, como previsto na Lei 6932 de 07/07/1981.

2.8.3 Os direitos e deveres do residente constam no Regimento Interno dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde do HU/UFJF, sendo que o ato de inscrição subentende o compromisso de cumpri-los.

2.9 Mais informações sobre o programa de residência ofertado podem ser obtidas na página eletrônica www.ufjf.br/huresidencias.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÕES:

Poderão se inscrever:

3.1 Profissionais que possuam registro no Conselho Regional Profissional, de acordo com a área/profissão de cada programa.

3.2 Formandos do último ano ou último período do curso de graduação, de acordo com a área/profissão de cada programa (www.ufjf.br/huresidencias), que conclua o curso até o início do Programa deste edital.

4. DAS INSCRIÇÕES:

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 12h do dia 23/02/2016 às 17h do dia 29/02/2016, exclusivamente pela Internet, na página eletrônica www.ufjf.br/huresidencias.

4.2 A taxa de inscrição é de R\$180,00 (cento e oitenta reais). O boleto bancário será emitido logo após o preenchimento do Requerimento de Inscrição e deverá ser pago até o último dia de inscrições, conforme descrito no item 4.1.

4.3 Pagamentos efetuados após o término do período de inscrições serão desconsiderados, o que implicará na não efetivação da inscrição.

4.4 Em nenhuma hipótese a taxa de inscrição será devolvida.

4.5 O candidato que tiver o agendamento bancário não efetivado por insuficiência de fundos, ou por qualquer outro motivo, terá sua inscrição não efetivada.

4.6 Em caso de dois ou mais Requerimentos de Inscrição de um mesmo candidato para a participação no processo seletivo será considerado apenas o requerimento efetivado mais recentemente.

4.7 A UFJF não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida, devido a falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como a outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.8 São de inteira responsabilidade do candidato, as informações prestadas no formulário de inscrição bem como o pagamento da taxa de inscrição respeitando o prazo indicado nos itens 4.1 e 4.2.

4.9 Após a efetivação da inscrição não serão permitidas alterações das informações descritas no formulário de inscrição.

4.10 As inscrições implicam o reconhecimento e a aceitação, pelo candidato, das condições totais previstas neste edital.

4.11 O não cumprimento das exigências implicará o indeferimento da inscrição.

4.12 O edital encontra-se disponível no site www.ufjf.br/huresidencias.

5. NORMAS GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES:

5.1 As inscrições encerrar-se-ão, impreterivelmente, no dia e horário fixados neste edital (item 4.1).

5.2 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Requerimento de Inscrição, bem como apresentação de documentos falsos ou inexatos, determinará o cancelamento da inscrição ou anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época. O Hospital Universitário/UFJF não se responsabilizará por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações e/ou endereços incorretos ou incompletos fornecidos pelo candidato.

5.3 As comunicações do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA serão feitas por meio de ligações telefônicas e/ou por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e serão expedidas para o endereço e/ou telefone que o candidato especificar no FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO.

5.4 O simples preenchimento do Requerimento de Inscrição, sem o pagamento da taxa de inscrição, não significa que o candidato esteja inscrito. Não será válida a inscrição cujo pagamento e os dados do Requerimento de Inscrição sejam realizados em desobediência às condições previstas nos itens 4.1 e 4.2.

5.5 O candidato com necessidades educacionais especiais, que utilize prótese metálica, prótese auditiva, marca-passo, ou ainda o candidato que, por intercorrência grave de saúde, necessitar de condições especiais para fazer a prova, deverá obrigatoriamente entrar em contato com a Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF até o dia 29/02/2016, pessoalmente ou via e-mail: residenciahu_cas@hotmail.com. Deverá ainda entregar ou enviar, por SEDEX ou correspondência registrada, até a data referida, laudo médico comprovando a necessidade especial.

5.6 O não cumprimento das exigências dispostas neste edital implicará no indeferimento da inscrição.

6. ETAPAS E PROVAS

O processo seletivo para todas as áreas que integram o Programa será efetuado em duas etapas:

PRIMEIRA ETAPA (Prova objetiva)

Data: **06/03/2016, domingo**, das 9h às 12h. O local da realização da prova será informado no sítio www.ufjf.br/huresidencias, a partir de 04/03/2016.

SEGUNDA ETAPA:

ANÁLISE CURRICULAR: 14/03/2016

Atenção para as seguintes instruções:

6.1 O candidato deverá comparecer ao local da prova portando documento de identidade e a confirmação de inscrição.

6.1.1 Na impossibilidade de apresentar o documento de identidade especificado na confirmação da inscrição por motivo de roubo ou extravio, o candidato deverá dirigir-se à Coordenação do Processo Seletivo com antecedência mínima de uma hora com o boletim de ocorrência, ou assinar termo de compromisso da apresentação do boletim de ocorrência em até 48 (quarenta e oito) horas, assinando ainda termo de ciência de que o não cumprimento dessa apresentação resultará na sua exclusão do Processo Seletivo.

6.2 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para realização da prova. O candidato que não comparecer no horário previsto estará automaticamente excluído do processo de seleção.

6.3 Após o início das provas, haverá 15 (quinze) minutos de tolerância para entrada de candidatos. Terminado esse prazo, a porta da sala onde será realizada a prova será fechada. O candidato que chegar após o fechamento da porta terá proibida sua entrada na sala e será automaticamente excluído do Processo Seletivo.

6.4 A RESPOSTA A CADA UMA DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA DEVERÁ SER ASSINALADA NO CARTÃO DE RESPOSTAS. NÃO SERÃO COMPUTADAS QUESTÕES NÃO ASSINALADAS NO CARTÃO DE RESPOSTAS E AS QUE CONTENHAM MAIS DE UMA RESPOSTA ASSINALADA PARA A MESMA QUESTÃO, EMENDAS OU QUALQUER TIPO DE RASURA QUE IMPEÇA E OU DIFICULTE A CORREÇÃO.

6.5 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre candidatos, a utilização de chapéus ou bonés, o porte e utilização, mesmo que desligados, de aparelhos celulares ou similares, de Pager, de Bipe, de controle remoto, de máquinas calculadoras ou similares, de qualquer outro tipo de aparelho eletrônico, de relógios com calculadora, de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta.

6.6 Os candidatos deverão permanecer no local da realização das provas durante, no mínimo, 60 (sessenta) minutos após o início das provas.

6.7 Não será permitido ao candidato levar os cadernos de provas. Os gabaritos poderão ser anotados em local apropriado no rodapé, da capa da prova, que será destacado somente pelo fiscal de sala.

6.8 O número de candidatos classificados para a segunda etapa em cada área/profissões, será de 3 (três) candidatos por vaga, a partir da maior nota.

Parágrafo Único: Aplicado o critério de classificação previsto no item 6.8 e havendo empate de notas, serão classificados, para segunda etapa, todos os candidatos cujas notas estejam empatadas.

6.9 Não serão concedidas revisões de provas. Caberá recurso contra questões das provas, nos prazos estabelecidos no cronograma deste edital.

6.10 O recurso deverá ser apresentado em folhas separadas para cada questão recorrida, com indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada no gabarito, com argumentação lógica e consistente, bem como a anexação de cópia da bibliografia e entregue pessoalmente ou por procuração à Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF no dia **07/03/2016**, de 8h às 16h. Todo este material deve ser apresentado em 2 (duas) vias.

6.11 Não serão aceitos recursos coletivos e ou encaminhados por meio eletrônico. Serão rejeitados, liminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados ou que não forem entregues conforme item 6.10 ou derem entrada fora dos prazos estipulados ou sem cópia da bibliografia.

6.12 Se houver alteração do gabarito oficial, por força de provimento de algum recurso, o gabarito será alterado e as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito. No caso de questão anulada será atribuída a pontuação referente à questão a todos os candidatos que tenham realizado o mesmo tipo de prova.

6.13 Não serão fornecidos “atestados” ou declarações de aprovação parcial.

6.14 A lista dos classificados na 1ª Etapa, constando nome, número de inscrição do candidato e a nota, será divulgada às 15h do dia 11/03/2016, na página eletrônica: www.ufjf.br/huresidencias.

6.15 Após a primeira etapa, o candidato, se aprovado, deverá preencher com letra legível o modelo de currículo disponibilizado no ANEXO 1 deste edital e entregá-lo na Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF em um envelope, com os seguintes documentos que devem ser anexados na ordem de preenchimento da ficha e **acompanhados dos originais**, para conferência no ato da entrega:

- a) Fotocópia da Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia do Comprovante de Inscrição no Conselho Regional Profissional ou Diploma de Graduação ou Declaração da Instituição de Ensino Superior que o candidato cursou a última série ou último período do Curso de Graduação;
- c) Histórico escolar e fotocópia de todos os certificados/comprovantes das informações descritas no currículo. **(Somente serão aceitos e submetidos à avaliação pela banca os documentos, declarações e certificados oficiais, ou seja, que estejam impressos em papel timbrado da instituição e contenham a assinatura da autoridade competente);**
- d) Candidatos brasileiros, graduados no exterior, deverão apresentar diploma devidamente revalidado nos termos da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e registro no Conselho Regional Profissional;
- e) Fotocópia do comprovante de situação regular com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino);

6.16 O currículo e seus anexos deverão ser encaminhados **somente** pelos aprovados na primeira etapa, à Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF, nos dias **11/03/2016 a partir de 15h e 12/03/2016 (sábado) de 08h às 16h.**

6.17 Em nenhuma hipótese poderá ser acrescido qualquer documento ao currículo após o prazo final para entrega do mesmo.

6.18 A avaliação do currículo será realizada conforme pontuação descrita no modelo disponibilizado no ANEXO 1 deste edital no dia **14/03/2016**.

6.19. Não serão aceitos para análise currículos redigidos em outra forma que não o modelo padronizado no ANEXO 1 deste edital

6.20 O resultado da Avaliação Curricular será divulgado a partir de 15h do dia 15/03/2016 no sítio: www.ufjf.br/huresidencias.

6.21 Não serão concedidas revisões da avaliação curricular. Caberá recurso contra o resultado da avaliação curricular no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação da nota da segunda etapa, no dia 16/03/2016, de 8h às 16h, na Secretaria da COREMU.

6.22 O recurso deverá ser apresentado, com argumentação lógica e consistente dos itens que o candidato julgar obter pontuação, baseado exclusivamente nas instruções do modelo da avaliação curricular padronizada (Anexo 1 deste edital) e entregue pessoalmente ou por procuração à Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF.

6.23 Não serão aceitos recursos coletivos e ou encaminhados por meio eletrônico. Serão rejeitados, liminarmente, os recursos sem argumentação lógica ou não baseados nas instruções do modelo da avaliação curricular padronizada ou que não forem protocolados conforme item 6.11 ou derem entrada fora dos prazos estipulados.

6.24 Os recursos serão analisados pela Comissão de Elaboração de Provas ou Comissão de Avaliação Curricular, respectivamente, que dará decisão terminativa sobre os mesmos, constituindo-se em única e última instância administrativa.

6.25 Se houver alteração da avaliação curricular por força de provimento de algum recurso, a nota do candidato será alterada e realizada publicação da nota definitiva.

6.26 Se houver alteração da Classificação Geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

7. ESPECIFICIDADES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE MENTAL

7.1 O programa, com duração de 02 anos, é reconhecido pela UFJF e credenciado no Ministério da Educação e tem como cenários de prática o Hospital Universitário da UFJF e a Rede de Atenção à Saúde local com destaque para o CAPS/HU-UFJF, CAPS Casa Viva, CAPS álcool e drogas, CAPS infantil, Serviço de Urgência Psiquiátrica/HPS.

7.2 Processo de Certificação: o residente que tiver sido aprovado e apresentado monografia ou artigo defendido em banca, receberá Certificado de Conclusão do Programa de Residência expedido pela Coordenação de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA/UFJF).

7.3 Poderão se inscrever Assistentes Sociais, Enfermeiros e Psicólogos, que possuam registro no Conselho Regional de sua profissão e formandos do último ano ou último período dos cursos de graduação citados anteriormente e que concluam o curso até o início do Programa deste edital.

7.4. A Seleção dos candidatos ao Programa de Residência em Saúde Mental do HU/UFJF, para o ano de 2016, será realizada em 02 (duas) etapas.

7.4.1 A **PRIMEIRA ETAPA** terá peso 8 (oito) e será realizada no dia 06/03/2016, domingo, das 9h às 12h, em local a ser informado no sítio: www.ufjf.br/huresidencias.

Constará de uma prova objetiva de caráter classificatório, valendo 100 (cem) pontos, dividida em três partes: a) Conhecimentos Gerais em Saúde Coletiva, com 10 (dez) questões de múltipla escolha, comum a todas as áreas profissionais; b) Conhecimentos Gerais em Saúde Mental, com 10 (dez) questões de múltipla escolha, comum a todas as áreas profissionais; c) Conhecimentos Específicos, com 30 (quarenta) questões de múltipla escolha relacionadas à área profissional do candidato. Todas as questões têm somente uma resposta certa e cada uma delas vale 2,0 (dois) pontos. As questões serão baseadas nas referências descritas no ANEXO 2 deste edital.

7.4.2 A **SEGUNDA ETAPA** terá peso 2 (dois) e constará de Avaliação do Currículo, valendo 100 (cem) pontos, de caráter classificatório.

7.4.3 Após a primeira etapa, o candidato, se aprovado, deverá preencher com letra legível o modelo de currículo disponibilizado no ANEXO 1 deste edital, seguindo as orientações contidas nos itens 6.15 e 6.16 do presente edital.

7.4.4 A **SEGUNDA ETAPA**: será realizada no dia 14/03/2016 .

7.4.5 Após a primeira etapa, o candidato, se aprovado, deverá preencher com letra legível um currículo, conforme modelo disponibilizado no ANEXO 1 deste edital, seguindo as orientações contidas nos itens 6.15 e 6.16 do presente edital.

7.4.6 O prazo para recursos para o resultado da 2ª etapa deverão ser entregues à Secretaria da COREMU no dia 16/03/2016, das 8h às 12h e 14h às 18h.

8. VAGAS

8.1 Caso haja desistência de algum candidato, mesmo que já tenha iniciado o Programa, será convocado o próximo candidato aprovado, no período máximo de 60 (sessenta) dias após o início do Programa.

8.2 Os candidatos deverão comparecer à Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF para a realização da matrícula, no período indicado. O não comparecimento no período indicado implicará em perda da vaga. No caso de candidatos excedentes que forem convocados, terão o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para a realização da matrícula.

8.3 Será imediatamente excluído do processo seletivo o candidato que:

- a) não comparecer, dentro do horário previsto, à prova da primeira etapa;
- b) não apresentar currículo com seus anexos no prazo estipulado;
- c) usar de quaisquer meios fraudulentos ou prestar declaração falsa, para benefício próprio ou de outrem.

9. RESULTADO OFICIAL

O resultado final do processo seletivo será divulgado 17/03/2016 a partir de 15h no sítio: www.ufjf.br/huresidencias.

Será divulgado o nome e o número de inscrição do candidato obedecendo a ordem decrescente de classificação pelas notas finais (nota da 1ª etapa + 2ª etapa), até o preenchimento das vagas de cada área profissional, seguido da listagem dos excedentes, em suas respectivas áreas, desde que tenha sido classificado na primeira etapa e não tenha obtido **NOTA ZERO** nas avaliações que compõem a segunda etapa do processo seletivo.

No caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que obtiver maior nota na Primeira Etapa.

10. MATRÍCULA:

1ª CHAMADA: Os aprovados deverão comparecer à Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF, nos dias **18/03/2016 de 08h às 12h e 14h às 18h e 19/03/2016 de 08h às 12h**, para realização da matrícula e tomar ciência das providências necessárias à contratação.

10.1 Não é permitido ao candidato aprovado a realização de matrícula em mais de um programa de Residência oferecido pela instituição.

10.2 Em casos de desistência, serão divulgadas listas de convocação de excedentes, via internet, no site www.ufjf.br/huresidencias, seguindo a ordem decrescente de classificação conforme o seguinte cronograma:

2ª CHAMADA	Data da divulgação	Data da Matrícula
	21/03/2016	22/03/201

Após 22/03/2016, em casos de desistência, as convocações serão feitas pelo site para apresentação imediata após o qual os que não se manifestarem ou não forem localizados serão considerados desistentes. Os contatos serão dirigidos ao endereço e telefone informados pelo candidato no preenchimento do formulário de inscrição, sendo de responsabilidade **exclusiva** do candidato a exatidão desses dados assim como possível atualização dos mesmos junto à comissão organizadora após as inscrições.

10.3 Caso haja desistência de algum candidato, mesmo que já tenha se iniciado o Programa, poderá ser convocado o próximo candidato obedecendo à ordem de classificação, no período máximo de 60 (sessenta) dias após o início do programa.

Para iniciarem as atividades nos programas constantes deste edital, os aprovados deverão entregar o registro do Conselho Regional Profissional, até o dia 29 de abril de 2016, na Secretaria da Comissão de Residências do Hospital Universitário da UFJF. Caso não esteja de posse do mesmo nessa data, ou seja, autorizado pelo Conselho para o exercício profissional, será considerada nula a classificação do aprovado e será convocado o candidato subsequente para a vaga, de acordo com a ordem de classificação.

10.4 Só o RESULTADO OFICIAL, divulgado no dia 17 de março de 2016, confere direito ao candidato a efetuar a assinatura do contrato bolsa.

10.5 Serão exigidos os **originais e cópias** dos seguintes documentos para assinatura do contrato bolsa:

1. 2 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
2. Cédula de Identidade;
3. Certidão de Nascimento ou Casamento;
4. Comprovante de endereço;
5. Comprovante de estar em dia com o Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);
6. Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de sua profissão;
7. Diploma de conclusão do Curso de Graduação (frente e verso);
8. CPF;
9. Número do PIS/PASEP;
1. Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;
2. Carteira de trabalho;
3. Carteira de vacinação atualizada.

10.6 O foro de eleição competente para dirimir questões relativas ao presente edital será a Justiça Federal de Juiz de Fora.

11. INÍCIO DO PROGRAMA

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Metal será início no dia 21/03/2016.

12. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Residências Multiprofissionais (COREMU) do Hospital Universitário da UFJF.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os fins e efeitos, quaisquer retificações, adendos ou editais complementares do processo seletivo para ingresso no Programa de Residência Multiprofissional e em Área Profissional em Saúde 2016 que vierem a ser publicados pela COREMU do Hospital Universitário da UFJF.

Juiz de Fora, 18 de fevereiro de 2016.

Comissão de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do HU/UFJF

Gerencia de Ensino e Pesquisa do HU/UFJF/EBSERH

Superintendência do HU/UFJF/EBSERH

Pró-reitoria De Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação UFJF

PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE 2016

Anexo 1

Formulário de avaliação do currículo

Nome do (a) candidato (a): _____

Quadro geral de pontuação de acordo com os critérios a serem avaliados:

Crítérios		Pontuação máxima
1	Aproveitamento curricular	25
2	Participação em: programa de monitoria*; estágio curricular não obrigatório**; projetos de extensão; ligas acadêmicas; empresa júnior; programa de educação tutorial; representação estudantil e em campanhas públicas.	25
3	Atividades de pesquisa, iniciação científica.	20
4	Aprovação em concursos, participação em congressos e cursos.	15
5	Experiência profissional na área profissional envolvida***	5
6	Certificados de língua estrangeira	10
Total		100

1. Aproveitamento curricular

O aproveitamento curricular global é entendido como um indicador que resume o perfil do candidato durante sua graduação. Serão consideradas faixas de aproveitamento que englobem pelo menos 50% das disciplinas cursadas.

Em caso de transferência no andamento do curso, é exigido anexar o histórico da faculdade de origem com as notas obtidas nas disciplinas lá cursadas, caso não estejam discriminadas no histórico atual.

1.1 - EXIGÊNCIAS PARA OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO HISTÓRICO ESCOLAR:

A) Constar o nome do candidato em todas as páginas;

B) Documento emitido pela instituição de origem com IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL;

C) No caso de histórico emitido pela internet ou com assinatura digital, este deverá ser VALIDADO NA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM COM ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA VALIDAÇÃO;

D) Em caso de transferência, a nota deve constar do histórico atual ou em documento da instituição de origem;

E) O candidato que não apresentar histórico escolar válido deverá anexar cópia do diploma de graduação ou do registro no Conselho Regional da profissão, autenticados, para que seu currículo seja validado.

Caso contrário, será atribuída nota zero ao currículo, sendo o candidato excluído do processo seletivo.

F) DESTACAR NO DOCUMENTO COM CANETA MARCA TEXTO:

- Nome do candidato em todas as páginas;
- Notas iguais ou maiores que o valor da faixa selecionada;
- Validação da Instituição de origem.

1.2 – CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO:

A) A pontuação será correspondente a faixas de notas nas escalas de 0 a 100 ou, por equivalência, de 0 a 10, que englobem metade ou mais do total de disciplinas cursadas (ver instruções abaixo);

B) Disciplinas sem notas especificadas não serão consideradas;

C) Nos casos de notas por conceitos, a seção de ensino da instituição de origem deverá informar a equivalência das notas com a escala de 0 a 100. A comissão de avaliadores analisará esta equivalência com as escalas especificadas para pontuação, podendo ou não aceitá-la;

D) Quando se tratar de somente dois conceitos (ex.: aprovado/não aprovado ou suficiente/insuficiente), será considerado o valor do item <1.f >.

E) Quando não for apresentado um histórico válido, não será atribuída pontuação nesta seção. Neste caso, o candidato deverá apresentar cópia do diploma de graduação ou registro profissional para pontuação nas demais seções.

1.3 - INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

A) Conte o número de disciplinas do seu histórico escolar, incluindo disciplinas optativas ou dispensadas por transferência, com a nota informada. Se ainda não tiver concluído o curso, considere o total das disciplinas cursadas até o momento (ex: 64 disciplinas). Na segunda linha, escreva o número correspondente à metade dessas disciplinas. Se o número total das disciplinas for ímpar, arredonde para baixo. Ex: 65 disciplinas, metade= 32.

B) Comece marcando as notas iguais ou acima de 85,00 e anote o número na linha correspondente. A seguir, conte as notas entre 80,00 e 84,99 e anote na linha correspondente, e assim por diante.

C) Após anotar todos os números de notas correspondentes às faixas, por exemplo, 15 notas na faixa <A>, 20 notas na faixa e 30 notas na faixa <C>, fazer a soma para verificar onde se situa a metade das notas. No exemplo citado, 64 disciplinas com 15 notas na faixa <A> e 20 notas na faixa temos 35 notas acima de 80,00 o que corresponde ao item <1.b> com valor de 2,5 pontos.

D) Selecione um dos itens de <1.a> até <1.e> que corresponda ao seu aproveitamento (no caso do exemplo anterior, seria o item <1.b>) e escreva a numeração da(s) folha(s) com o histórico escolar, na mesma linha na folha do resumo.

E) Casos que não se enquadrem nos critérios acima, deverão assinalar o item <1.f> ou <1.g>, conforme o caso.

Preencher conforme notas constantes do Histórico Escolar
Total de disciplinas cursadas
Metade do total das disciplinas cursadas
Número de disciplinas na faixa de aproveitamento selecionada

1. APROVEITAMENTO CURRICULAR	MÁXIMO: 25 pontos	
No seu Histórico Escolar você obteve:	Item	Valor
A - Pelo menos 50% das notas iguais ou superiores a 85,00	1.a	25
B - Pelo menos 50% das notas iguais ou superiores a 80,00	1.b	20
C - Pelo menos 50% das notas iguais ou superiores a 75,00	1.c	10
D - Pelo menos 50% das notas iguais ou superiores a 70,00	1.d	7,0
E - Pelo menos 50% das notas iguais ou superiores a 65,00	1.e	5,0
F - Notas ou conceitos que não se enquadram nos critérios acima	1.f	1,0
G - Apenas cópia de diploma de graduação ou registro no conselho profissional	1.g	0,0

Máximo de pontos permitidos neste item = 25,0 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

2. Participação em programa de monitoria*, em estágio curricular não obrigatório, em projetos de extensão, em ligas acadêmicas, em empresa júnior, em programa de educação tutorial e em representação estudantil e campanhas públicas.**

* Através de aprovação em processo de seleção e exercício efetivo.

** De acordo com a LEI N - 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

2. a) Para cada semestre letivo de efetivo exercício de monitoria, de projeto de extensão, de ligas acadêmicas, de empresa júnior, de programa de educação tutorial (PET) = 5,0 pontos.

2. b) Atuação em Campanhas Públicas: mínimo de 08 horas = 2,0 pontos

2. c) Para os estágios curriculares não obrigatórios será considerada carga horária mínima de 80 horas, pontuando da seguinte maneira: 1.c.1) 80 horas – 2,0 pontos; 1.c.2) acima de 80 horas – 4,0 pontos.

2. d) Para a representação estudantil será considerada a comprovação de participação em diretórios acadêmicos, representação discente e afim – 2,0 pontos.

Máximo de pontos permitidos neste item = 25,0 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

3. Atividades de pesquisa e iniciação científica:

3. a) Participação em projetos/grupos de pesquisa devidamente registrados da Instituição de Ensino, incluindo bolsas de iniciação científica, com os seguintes critérios - Pontuação única para o item 3.a = 5,0 pontos.

3. b) Publicação de artigo completo em periódicos = 10,0 pontos.

3. c) Publicações em anais de congresso = 1,0 ponto.

3. d) Participação em congressos, simpósios ou seminários como apresentador oral ou pôster = 1,0 ponto.

Observação:

I – Duração mínima de um ano ou dois semestres letivos (3.a);

II – Apresentar comprovação ou certificado de exercício nas atividades de todos os itens e no item 3.a apresentar declaração de orientador ou coordenador.

Máximo de pontos permitidos neste item = 20,0 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

4. Aprovação em concursos, participação em congressos e cursos:

4.a) Aprovações em concursos na área profissional envolvida = 3,0 pontos

4.b) Participações em cursos na área profissional envolvida:

4.b.1) Cursos de Atualização Profissional.

20 horas0,5 ponto

De 20 a 40 horas1,0 ponto

Acima de 401,5 pontos

4.b.2) Curso de Aperfeiçoamento (mínimo 180 horas) = 5,0 pontos

4.b.3) Curso de Especialização (mínimo 360 horas) = 10,0 pontos

4.c) Participações em congressos na área: 0,5 ponto

Máximo de pontos permitidos neste item = 15 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

5. Experiência profissional na área profissional envolvida*:**

4. a) Experiência profissional de 06 meses = 2,0 pontos

4.b) Experiência profissional acima de 06 meses = 5,0 pontos

Máximo de pontos permitidos neste item = 5,0 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

***** Registrada e comprovada em carteira de trabalho ou profissional.**

6. Certificados de língua estrangeira:

- Será considerada somente uma opção para língua estrangeira, não podendo haver somatório de diferentes línguas para a pontuação. O nível declarado deverá ser comprovado por documentos definidos abaixo:

6.a) Língua Inglesa / outro idioma: Fluência oral e escrita comprovada com testes reconhecidos = 10,0 pontos

6.a.1) Certificados de aprovação em teste de fluência na língua estrangeira de reconhecimento internacional, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Número do certificado emitido;
- Nota ou conceito obtido no teste.

6.a.2) Certificados de instituições de ensino que comprovem nível AVANÇADO de inglês ou outras Línguas, contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados da instituição: nome, CNPJ, endereço e telefone;

6.a.3) Certificados de instituições de ensino em países estrangeiros, especificando o período no qual realizou estudos com duração total mínima de 360 horas e no mínimo 6 semestres e cópia do passaporte com o visto de estudante.

6.b) Língua estrangeira / outro idioma: Certificados de instituições de ensino que comprovem nível intermediário de inglês ou outras línguas, contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados da instituição: nome, CNPJ, endereço e telefone; ou inglês instrumental do programa de popularização de língua estrangeira da Universidade Federal de Juiz de Fora e semelhantes. = 5,0 pontos

6.c) Língua Inglesa / outro idioma: estudos em nível básico (certificados de conclusão de curso) = 2,0 pontos

Máximo de pontos permitidos neste item = 10,0 pontos

PONTUAÇÃO DO CANDIDATO = _____ pontos

7. Pontuação final = _____ pontos

Assinatura do (a) candidato (a)

Observações importantes:

4. Todas as páginas constantes dessa avaliação devem conter uma assinatura/rubrica do candidato no rodapé das mesmas.
10. O Formulário de Avaliação do Currículo deverá ser entregue acompanhado de documentação comprobatória, organizada na ordem dos itens deste modelo de currículo com as pontuações já preenchidas pelos candidatos.

PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE 2016

ANEXO 2

REFERÊNCIAS PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE MENTAL

REFERÊNCIAS:

CONHECIMENTOS GERAIS (SAÚDE COLETIVA):

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Saude soc. [online]. 2004, vol.13, n.3, pp. 16-29. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000300003&lng=pt&nrm=iso

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Título VIII Da ordem Social – Capítulo II, Da Seguridade Social Seção II. Da Saúde. Brasília. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf

BRASIL. Congresso Federal. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Brasília. Disponível em: Lei 8080: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/l8080.htm>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências). <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/l8142.htm>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

CAMARGO JR. K.R. Medicalização, conhecimento: o complexo médico-industrial. In PINHEIRO, R.; LOPES, T.C. org. Ética, técnica e formação: as razões do cuidado como direito à saúde. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, 2010. 256p.

CARVALHO, G. Avaliação do atual modelo da gestão pública do SUS quanto ao financiamento público na saúde. In SANTOS, R.S.; AMARANTE, P.D.C, org. Gestão Pública e a relação público privada na saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf

DOBASHI, B.F.; BRETAS JR., N.; SILVA, S.F. O pacto interfederativo na saúde e na gestão descentralizada: uma oportunidade estratégica de promover avanços no Sistema Único de Saúde? In SANTOS, R.S.; AMARANTE, P.D.C, org. Gestão Pública e a relação público privada na saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf

JOUVAL JR. H.E. Mais saúde (PAC Saúde) e as políticas sistêmicas de investimentos setoriais. In SANTOS, R.S.; AMARANTE, P.D.C, org. Gestão Pública e a relação público privada na saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf

KOIFMAN, L.; FERNADEZ, V.S.; RIBEIRO, C.D.M. A construção do ato de cuidar no espaço da formação em saúde. In PINHEIRO, R.; LOPES, T.C. org. Ética, técnica e formação: as razões do cuidado como direito à saúde. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, 2010. 256p.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde: revisão bibliográfica, fundamentos, conceitos e elementos constitutivos. In. MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549p. Disponível em: www.conass.org.br/pdf/Redes_de_Atencao.pdf

MENDES EV. Redes de Atenção à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*,15(5):2297-2305,2010.

NOGUEIRA, R.P. O desenvolvimento federativo do SUS e as novas modalidades institucionais de gerência das unidades assistenciais. In SANTOS, R.S.; AMARANTE, P.D.C, org. *Gestão Pública e a relação público privada na saúde*. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C; BAHIA, L.; MACINKO, J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *The Lancet. Saúde no Brasil*, maio, 2011. Disponível em: www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-574.pdf

SANTOS, L. Administração pública e a gestão da saúde. In SANTOS, R.S.; AMARANTE, P.D.C, org. *Gestão Pública e a relação público privada na saúde*. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. Disponível em: www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf

SCHMIDT, M.I.; DUNCAN, B.B.; SILVA, G.A.; MENEZES, A.M.; MONTEIRO, C.A.; BARRETO, S.N.; CHOR, D.; MENEZES, P.R. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. *The Lancet. Saúde no Brasil*, maio, 2011. Disponível em: www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-574.pdf

VICTORA,C.G.; BARRETO, M.L; LEAL, M.C; MONTEIRO, C.A.; SCHMIDT, M.I.; PAIM, J.; BASTOS, F.I.; ALMEIDA, C; BAHIA, L.; TRAVASSOS, C.; REICHENHEIN, M.; BARROS, F.C. & the Lancet Brazil Series Working Group. Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. *The Lancet. Saúde no Brasil*, maio, 2011. Disponível em: www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-574.pdf

CONHECIMENTOS GERAIS SAÚDE MENTAL

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. *Saúde Mental: formação e crítica*. Rio de Janeiro: LAPS, 2015.

_____; TORRE, Eduardo Henrique Guimaraes. Medicalização e determinação social dos transtornos mentais: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. In: NOGUEIRA, Roberto Passos. *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro, Cebes, 2010.

ANDRADE, Tarcísio Matos de. Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol 16, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Lei 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 06 de abril de 2001.

_____.Portaria 3088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público*. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf.

BELTRAME, Marina Maria; BOARINI, Maria Lúcia. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, p. 399-407, 2007.

CAMPOS, Rosana Onoko; et al. O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, p.31-44, 2007.

_____; et al. Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, supl.1, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000800004&lng=en&nrm=iso

CHIAVERINI, Dulce Helena (org.). Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF, Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. Disponível em: http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/enfermagem/manual_matriciamento.pdf

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicologia Clínica*, vol.27, n.1 p.17-40, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652015000100002&lng=pt&nrm=iso.

DAL POZ, Mario Roberto et al. Força de trabalho em saúde mental no Brasil: os desafios da reforma psiquiátrica. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 621-639, jun. 2012.

DIMENSTAIN, Magda. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. *Caderno Brasileiro de Saúde Mental*, Vol 1, nº1, 2009. Disponível em: <http://stat.intraducoes.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/viewFile/1016/112>.

_____; JARDIM, Katita. Risco e Crise: pensando os pilares da urgência psiquiátrica. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, p. 169-190, 2007.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Construindo redes de cuidados na atenção à saúde mental, crack, álcool e outras drogas: intersetorialidade e direitos humanos. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; et al. (Orgs). A intersetorialidade na agenda das políticas públicas. Campinas, Papel Social, p. 185-202, 2014.

FORTES, Sandra et al. Psiquiatria no século XXI: transformações a partir da integração com a Atenção Primária pelo matriciamento. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1079-1102, 2014.

LANCETTI, Antonio; AMARANTE, Paulo. Saúde mental e saúde coletiva. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; et. al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo, Rio de Janeiro. Ed. Hucitec, Fiocruz, p. 615-634, 2007.

LEAL, Erotildes Maria; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Clínica e cotidiano: o CAPS como dispositivo de desinstitucionalização. In: PINHEIRO, Roseni; et al (Orgs). Desinstitucionalização da Saúde Mental: contribuições para estudos avaliativos. CEPESC-IMS/UERJ-ABRASCO. Rio de Janeiro, 2007.

LOBOSQUE, Ana Marta. CAPS: laços sociais. Texto apresentado em mesa-eixo do I Congresso Brasileiro de CAPS, em junho de 2004, em São Paulo- SP. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272007000100004

PERRONE, Pablo Andrés Kurlander. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, p. 569-580, 2014.

RODRIGUES, Diego Schaurich et al. Conhecimentos produzidos acerca do crack: uma incursão nas dissertações e teses brasileiras. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1247-1258, 2012.

SOUZA, Tadeu de Paula; CARVALHO, Sérgio Carvalho. Reduzindo danos e ampliando a clínica: desafios para a garantia do acesso universal e confrontos com a internação compulsória. *Polis e Psique*, Vol. 2, Número Temático, 2012. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/40319>

TENORIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: historia e conceitos. *História, Ciência, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-59, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários. Uma perspectiva global. Genebra: World Health, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. MI-GAP. Manual de Intervenções para transtornos mentais, neurológicas e por uso de álcool e outras drogas na rede de atenção básica à saúde. Genebra: World Health Organization, 2010

YASUI, Sílvio; COSTA-ROSA, Abílio. A estratégia da atenção psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de saúde mental. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 78/79/80, p. 27-47, 2008.

REFERÊNCIAS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

AMARANTE, Paulo(Org.) Loucos Pela Vida: A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro, São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BABOR, Thomas F. Intervenções breves: Para uso de risco e uso nocivo de álcool. Manual para uso em atenção primária. Ribeirão Preto: PAI_PAD,2003.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: Ética do Humano, compaixão pela Terra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BRASIL. Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Ministério da Saúde, 2003.

BRUNNER. Prática de Enfermagem. Por Sandra M. Nettina. Volume 3 Guanabara koogan, Rio de Janeiro:2003.(cap. 57- Problemas de saúde mental).

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - COREN- MG 2007.

DALGALARROND, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Trantornos Mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, Sul,2000.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura na idade Clássica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GEORGE, Júlia B. Teorias de Enfermagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MARCOLIN, Marco A. et.al. Princípios e Prática da Psicofarmacoterapia. Ed. MEDSI. Rio de Janeiro, 1996.

MALAGUTTI, William (Org.). Bioética e Enfermagem: Controvérsias, Desafios e Conquistas. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2007.

MIRANDA, Cristina Loyola. O Parentesco imaginário: história e representação social da loucura nas relações do espaço asilar. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.

PORTO, Celmo Celeno. Exame Clínico Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro: 1992.

RODRIGUES, Antônia Regina Furegato. Enfermagem Psiquiátrica - Saúde Mental - Prevenção e Intervenção. Ed. EPU, 1996.

SOARES, Marcos Hirata e BUENO, Sônia Maria Vilela. Saúde Mental - Novas Perspectivas. Ed. yendis, 2001.

TANNURE, Meire Chucre. SAE, Sistematização da Assistência da Enfermagem: Guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

TAYLOR, Cecília Monat. Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica. 13 ed. Artes Médicas, 1992.

TUNDIS, Silvério Almeida e COSTA, Nilson do Rosário (Org.). Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

REFERÊNCIAS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Ines Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. A política de saúde na atual conjuntura: algumas reflexões sobre os governos Lula e Dilma. In: SILVA, Leticia Batista Silva e RAMOS, Adriana. Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas, São Paulo, Papel Social, p. 19-48, 2014.

_____. Saúde e Serviço Social no capitalismo – fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche de; et al. Política pública de redução de danos e uso de drogas no Brasil: contradições do processo de construção de uma política nacional. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, p. 260-280, 2008.

CFESS. Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf>. Acesso em 18 ago. 2015.

_____. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em 19 de ago. 2015.

CFESS. Código de Ética do Serviço Social. 10ª ed. Revizada e atualizada. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

MACHADO, Graziela Scheffer. Reforma Psiquiátrica e serviço social: o trabalho do assistente social nas equipes dos CAPS. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org). Abordagens Psicossociais: perspectivas para o Serviço Social. São Paulo, Editora Hucitec, p. 32-120, 2009.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. (Orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, p. 130-148, 2008.

MONTEIRO, Marcia Valeria; NOGUEIRA, Ana Claudia. A família e a atenção em saúde: proteção, participação ou responsabilização? In: SILVA, Leticia Batista Silva e RAMOS, Adriana. Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas, São Paulo, Papel Social, p. 139-164, 2014.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Celia Tamasso. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA, Ana Elizabeth; et al (Orgs). Serviço Social e Saúde. São Paulo, OPAS, OMS, MS, p.273-303, 2006.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do serviço social nos serviços de saúde mental. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 102, p. 339-351, 2010.

ROSA, Lucia. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo, Cortez, 2011.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; MELO, Tania Maria Ferreira. Inserções do assistente social em saúde mental: em foco o trabalho com famílias. Revista Serviço Social & Saúde. Campinas, v. 7/8, n. 7/8, p. 75-106, 2009.

_____. A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 11, n. 18, p. 205-218, 2005.

SILVA, Leticia Batista; MENDES, Alessandra Gomes. Serviço Social, saúde e a interdisciplinaridade: algumas questões para o debate. In: SILVA, Leticia Batista Silva e RAMOS, Adriana. Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas, São Paulo, Papel Social, p. 49-64, 2014.

SILVA, Ellayne Karoline Bezerra da; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Desinstitucionalização Psiquiátrica no Brasil: riscos de desresponsabilização do Estado? Rev. katálysis, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 252-260, 2014.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 118, p. 366-393, 2014.

ZGIET, Jamila. Saúde Mental: em busca de um conceito. Ser Social, Brasília, v. 1, n. 2, p. 177-193, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, 2014.

REFERÊNCIAS DA ÁREA DE PSICOLOGIA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de psicólogas (os) nos CAPS: Centro de Atenção Psicossocial. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. Disponível em <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/cd-saude-mental/publica%C3%A7%C3%B5es/CREPOP/CAPS.pdf>

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v.VII, n1, p.75-86, 2004. Disponível em http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/revistas/volume07/n1/a_construcao_do_caso_clinico_uma_contribuicao_da_psicanalise_a_psicopatologia_e_a_saude_mental.pdf

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Edição Standard. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 2009.

_____. O mal-estar na civilização. In: Obras Completas de Sigmund Freud. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

DIMENSTEIN, Magda. O Psicólogo e o Compromisso Social no Contexto da Saúde Coletiva. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001.

_____. A Cultura Profissional do Psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. Estudos de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v.5, n. 2, p. 95-121, 2000.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. Psicol. Cienc. Prof, vol 32, 2012.

RONZANI, Telmo Mota. Saúde Coletiva: um campo aberto para o trabalho interdisciplinar. In: FILGUEIRAS, M.S.T.; GONZE, G.G.; VILLELA, R.A.N.D. (orgs). Residência em Psicologia: novos contextos e desafios para a formação em saúde. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.